



PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL 2019 a 2021



CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN

Secretário de Agricultura, Pecuária e Turismo – Gelson Lodi

Secretária de Desenvolvimento Social e Habitação – Maria Lucia Weber Menoncin

Secretária de Educação e Cultura – Neiva Romani Bosio

Secretária de Saúde – Claudiana Rodrigues da Silva França

GRUPO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE MATELÂNDIA

Agência de Defesa Agropecuária – Allan Jurgen Isernhagen

Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – Solange Oestreich

Instituto Emater – João Francisco Marcio

Secretaria de Agricultura, Pecuária e Turismo – Giovana Míriam Brückmann

Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação – Lucivani Lunardi Camargo

Secretaria de Educação e Cultura – Anna Crystina Rodrigues Matte

Secretaria de Saúde – Simone Cristina Johann Kowalski

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Gestão 2019 – 2021

Representantes governamentais:

1. Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Anna Crystina Rodrigues Matte

Suplente: Simone Cristina Johann Kowalski

2. Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Turismo e Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação

Titular: Giovana Miriam Bruckmann

Suplente: Lucivani Lunardi Camargo

3. Instituto Emater e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná - ADAPAR

Titular: João Francisco Marcio

Suplente: Allan Jurgen Isernhagen

Representantes da Sociedade civil:

1. Sindicato Rural e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia

Titular: Tatiane Bertoldo

Suplente: Mozair Terra

2. Associação dos Professores de Matelândia - APROMAT

Titular: Doris Inez Meotti

Suplente: Clair de Melo Menoncin

3. Associação dos Produtores Rurais e Empresariais de Matelândia - APREMAT

Titular: Catarina de Fátima David

Suplente: Laura Jeane Costa Oliveira

4. Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar dos Municípios de Matelândia e Céu Azul - COOPRAFA

Titular: Solange Oestreich

Suplente: Rosane Carnin Azeredo

5. Associação Comercial e Empresarial de Matelândia – ACIMA e Cooperativa de Leite de Matelândia - COOPLEMATE

Titular: Ricardo Morais

Suplente: Valdecir Lunardi

6. Rotary Clube e Lions Clube de Matelândia

Titular: Rosa Maria Ricaldi Iracet

Suplente: Volmir Valcarenghi

Endereço do COMSEA: Rua Professora Lerides Pagnocelli de Lima, s/n – Jardim Tropical

Fone/Fax: 45 3262-8379

E-mail: agricultura@matelandia.pr.gov.br

1. APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional 2019-2021 foi elaborado por um grupo de técnicos das secretarias municipais de Agricultura Pecuária e Turismo, Desenvolvimento Social e Habitação, Educação e Cultura, Saúde e Instituto Emater e Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, representantes do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional juntamente com a CAISAN a partir das deliberações da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional com o objetivo de contribuir na efetivação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

O Plano Municipal aponta os desafios vivenciados na execução das políticas públicas no município e consolidou no Plano Municipal 2019-2021, ações com viabilidade de cumprimento e procura por um lado avançar nas potencialidades e nos novos desafios relativos à SAN.

No município de Matelândia foi instituída a Lei Municipal nº3072/2013 que estabelece a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e que cria a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN e Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA o qual terá as suas ações pautadas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Este Plano é um instrumento de planejamento, gestão e execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

2. INTRODUÇÃO

O direito humano à alimentação adequada é um direito de todos os cidadãos, e é também obrigação do Estado – tanto em âmbito federal, estadual e municipal. O Estado tem a obrigação de respeitar, proteger, promover e prover esse direito, que esta no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (CF/1988, art 6ª).

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pela Lei Municipal nº 3072/2013, no artigo 4 apresenta as ações de abrangência:

I – A ampliação das condições de oferta acessível de alimentos, por meio do incremento de produção, em especial na agricultura tradicional e familiar, no processamento, na industrialização, na comercialização, no abastecimento e na distribuição, nos recursos de água, alcançando também a geração de emprego e a redistribuição da renda, como fatores de ascensão social;

II – A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos naturais;

III – A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social;

IV – A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos consumidos pela população, bem como seu aproveitamento, promovendo a sintonia entre instituições com responsabilidade afins para que estimulem práticas e ações alimentares e estilos de vida saudáveis;

V – A produção de conhecimentos e informações úteis à saúde alimentar, promovendo seu amplo acesso e eficaz disseminação para toda a população;

VI – A implementação de políticas públicas, de estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características territoriais e etno culturais do Estado;

VII – A adoção de urgentes correções quanto aos controles públicos sobre qualidade nutricional dos alimentos, quanto à tolerância com maus hábitos alimentares, quanto à desinformação sobre saúde alimentar vigente na sociedade em geral e nos ambientes sob gestão direta e indireta do Estado, quanto à falta de sintonia entre as ações das diversas áreas com responsabilidades afins, como educação, saúde, publicidade, pesquisa estimulada e ou apoiada por entes públicos, produção, estimulada de alimentos mediante critérios fundamentados, dentro outros.

O Plano Municipal, por sua vez, pressupõe:

1. Analisar a situação de segurança alimentar e nutricional do município de Matelândia;
2. Consolidar programas e ações relacionadas às diretrizes e indicar prioridades, metas, indicadores e requisitos orçamentários para a sua execução;
3. Buscar integração entre as instituições governamentais e da sociedade civil para atender os grupos em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional;
4. Definir mecanismos de monitoramento e avaliação.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO

Com a constante expansão demográfica, a colonização italiana no Rio Grande do Sul, foi obrigada em face de escassez de terras naquele estado, a procurar novas regiões. Como existiam grandes áreas inexploradas do estado do Paraná, aqueles colonizadores empreenderam a tarefa de verificar as possibilidades da instalação de novas povoações em solo paranaense. Encontraram extensões de matas virgens, terras fertilíssimas e topografia plana. Não hesitaram em recrutar outras famílias para o empreendimento de desbravar regiões tão próprias para a agricultura.

Em 31 de junho de 1950, Benjamin Luiz Biazuz, originário do município de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, e mais as famílias de Francisco Donadel, Antônio Menoncim, Avelino Molon e Gentil Picolli, chegaram à região e fundaram um núcleo que não tardou em ser sede do distrito. Os trabalhos de colonização do patrimônio estiveram a cargo de uma firma colonizadora dirigida por Miguel Matte, quando então, recebeu a denominação de Matelândia como forma de homenageá-lo.

O Município de Matelândia é um município localizado no Oeste Paranaense, as margens da rodovia federal BR 277. Possui uma área de 639,746 quilômetros quadrados. Destaque pelo fato de seu território conter 338,1 km² (51% do total) como parte do Parque Nacional do Iguaçu. Faz divisa com os municípios de Capanema, Serranópolis do Iguaçu, Ramilândia, Vera Cruz do Oeste, Céu Azul e Medianeira. A chegada dos pioneiros foi registrada em 31 de julho de 1950. Sua população estimada pelo último Censo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2018, Matelândia possui 17.775 habitantes e possui a 72^o lugar em arrecadação do Paraná (PIB 2016). O município conta como base econômica o agronegócio, possuindo também várias pequenas empresas, que são suas principais fontes de emprego, dinamizando cada vez mais o perfil socioeconômico. A característica predominante é de área rural. Tal concentração é possível observar no mapa (IBGE, 2016). Em 2017, o salário médio mensal era de 2.0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 51,0%.



Para elaboração do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Matelândia é fundamental conhecer a realidade municipal e fazer uma análise considerando os aspectos relacionados à renda e condições de vida, o acesso à alimentação adequada e saudável, a produção e disponibilidade de alimentos, educação, saúde e nutrição.

Acesso à alimentação adequada, saudável e à água

O acesso de toda a população a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, incluindo a água, é um pressuposto básico para a segurança alimentar e nutricional. O Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) é a garantia de que cada homem, mulher ou criança, quer vivam sozinhos ou em grupo, tenham acesso a alimentos adequados e saudáveis ou aos meios necessários para obter esses alimentos de forma permanente, sustentável e emancipatória. Esse direito está expresso no artigo 6º da Constituição Federal do Brasil (CF/1988, art. 6º). Compreendem responsabilidades por parte do estado e município, respeitando, protegendo e facilitando a ação de indivíduos e comunidades na busca da capacidade de alimentar-se de forma digna, colaborando para que todos possam ter uma vida saudável, ativa, participativa e de qualidade.

No município, o abastecimento de água canalizada, através de rede de distribuição atinge a quase totalidade da população 97%, compreendendo 4.924 domicílios particulares permanentes, de um total de 5.071 domicílios entre o meio urbano e rural (IBGE, 2010).

O município possui um programa de recuperação de nascentes desde 2011, onde já foram recuperadas 91 nascentes e poços rasos com recurso municipal, melhorando de maneira significativa a água consumida no meio rural, e que dependem dessas formas de abastecimento.

AGRICULTURA

Segundo o Diagnóstico Propositivo do Plano de Ações para o Desenvolvimento Local do Município de Matelândia/PR, realizado pela Paradoxo Consultoria, a base econômica de Matelândia é essencialmente rural. Apesar de contar com apenas 0,157% da população do Estado do Paraná, o município é responsável por 0,232% do Valor Agregado Bruto (VAB) da Indústria e 0,384% do VAB da Agropecuária estadual. Mas isto não é tudo. Como 51% da área do município é ocupada pelo Parque Nacional do Iguaçu, se tomamos apenas a área líquida de parques do município e do Estado, a produtividade por área (VAB-Agr/Km²) de Matelândia é 2,49 vezes maior que a média estadual (PARADOXO CONSULTORIA, 2019).

De acordo com a Secretaria de Fazenda do estado do Paraná, o município possui 1.532 propriedades rurais cadastradas no ano de 2018. Elas contribuem com uma produção agrícola de 57.950 toneladas de milho e 45.240 toneladas de soja, segundo dados da safra 2018/2019 (IBGE, 2019).

No que se refere à agroindustrialização, possui estabelecimentos de grande porte, como o abatedouro de aves da Cooperativa Lar e dois laticínios, da Frimesa e da São Leopoldo Alimentos.

O abate de bovinos cresce com a possibilidade de ampliação para o mercado estadual do Abatedouro Parada, que hoje abastece o mercado local e municípios no entorno. Esse mesmo estabelecimento poderia viabilizar o abate e comercialização de ovinos no estado, atividade com grande potencial de ser explorado no município e região.

O setor de apicultura, também está sendo fortalecido através da criação de uma associação de apicultores, no ano de 2019, que foi constituída com a finalidade de tecnificação dos produtores, legalização do mel e subprodutos e consequente ampliação do mercado consumidor.

A **Secretaria de Agricultura, Pecuária e Turismo** possui inúmeros incentivos que influenciam direta e indiretamente na produção de alimentos, a saber:

- Terraplanagens para as atividades produtoras de proteína animal, como aviários de corte e postura, pocilgas, leiterias, áreas de alimentação de gado de corte, e demais atividades do setor de proteína animal;
- Programa Pomar da Família
- Programa de combate a formiga cortadeira;
- Parcerias com programas estaduais para recuperação de microbacias e correção de solo;
- Parceria com o SENAR para realização de cursos de acordo com as necessidades dos agricultores (compostas, agrotóxicos, apicultura, recuperação e manejo de pastagens, empreendedorismo e organização, entre outros);
- Habitação rural.

Dentre os projetos executados pela Prefeitura, encontra-se o **Programa Municipal para o Desenvolvimento das Agroindústrias Familiares** no Município de Matelândia – Promafa, criado através da Lei Municipal nº. 2.977/2013, que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento econômico no meio rural, através de incentivos e ações voltadas às atividades de agricultura familiar, fomentar os empreendedores rurais familiares na agroindustrialização e nas atividades de turismo rural com a criação de um circuito das agroindústrias, como alternativa de complemento familiar, fortalecendo as atividades e promovendo o desenvolvimento rural sustentável com responsabilidade social e ambiental. Este programa concede incentivo tanto para a instalação de novos empreendimentos rurais familiares, quanto à expansão dos já existentes, localizados na área rural de propriedade privada.

As **Agroindústrias** aqui localizadas produzem, processam e distribuem alimentos de origem vegetal e/ou animal. Atualmente são 19 as agroindústrias regularizadas pela Vigilância Sanitária e Serviços de Inspeção Municipal e Estadual no município de Matelândia.

- Produtos Dani – Doces e geleias de frutas;
- Produtos Pertum – Melado de cana e rapadura;
- Produtos Delícias da Duda – Massas alimentícias, derivados de milho e mandioca descascada e congelada;
- Produtos Coloniais Beira Parque – Melado de cana e açúcar mascavo;
- Produtos Grevenhagen – Mandioca descascada congelada;
- Produtos Stanchak – Biscoitos e bolachas;
- Produtos São José – Massas alimentícias;
- Produtos Goccia D’Oro - Doces e geleias de frutas;
- Produtos Coloniais Grassi – Massas Congeladas;
- Produtos Both – Mini milho em conserva;
- Produtos Mesa Pronta – Panificação e derivados de milho.
- Embutidos Grassi - Salame e embutidos;
- Produtos Catavina – Mandioca descascada congelada;
- Ateliê das Massas – Massas alimentícias;
- Produtos Teixeira – Panificação e fabricação de bolachas;
- Produtos Coloniais Mazurana – Panificação e massas alimentícias;
- Produtos Mineirinho – Leite e derivados;
- Produtos Altamira – Beneficiamento de mandioca;
- Produtos da Terra – horticultura;

A **Feira do Produtor** iniciou suas atividades ainda em meados dos anos 90, e paralisou suas atividades após a inauguração do Centro de Comercialização Portal Colonial em 2003. Retornou as atividades em 2013, pois havia a vontade dos agricultores e da população de se fazer a feira novamente. Foi regulamentada recentemente, através da Lei Municipal nº. 4.183/2018, que objetivou normatizar e oportunizar a todos os produtores rurais a participação na mesma, de forma a ampliar a quantidade de produtos comercializados, com sabor e qualidade característicos dos produtos artesanais. Atualmente, a Feira do produtor acontece três vezes na semana, em dois locais distintos, nas quartas e sábados na praça da prefeitura e nas sextas-feiras em frente ao Portal Colonial. Todas as atividades são coordenadas pela Comissão Organizadora da Feira do Produtor e possui hoje 21 produtores cadastrados.

O centro de comercialização, Portal Colonial continuou com as suas atividades, e sedia hoje a **Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar - COOPRAFA** teve início em outubro de 2009, e oficializado em 25 de julho de 2010. A Cooperativa surgiu por iniciativa da diretoria da Associação de Produtores da Agricultura Familiar do Município de Matelândia – ASPRAMAT, com o objetivo de implantar atividades de cooperativismo com interação solidária entre seus associados. Contou com o apoio da Prefeitura Municipal de Matelândia, da EMATER, da BIOLABORE, do Sindicato Rural, e da Associação de Produtores da Agricultura Familiar de Céu Azul - APROCEU.

Desde sua fundação a COOPRAFA tem suas fontes de receitas principais advindas da comercialização de produtos *in natura* e da agroindústria familiar, realizados via Programas Institucionais como o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos e a venda a varejo em Matelândia/PR no espaço denominado Portal Colonial. Atualmente o quadro social da COOPRAFA é composto por 108 associados. Destes aproximadamente 65% realizam atividade econômica com a cooperativa, ou seja, associados ativos. Nos Programas Institucionais cerca de 38% do total de associados fazem a entregas, seja produtos *in natura* ou da agroindústria familiar.

No que diz respeito a produção a campo há um ano a COOPRAFA concorreu ao Edital 001/2017 da SEAB/PR e foi contemplada investindo em parte do projeto R\$ 165.000,00 em 11 estufas alocadas nas propriedades dos agricultores e R\$ 60.000,00 em insumos orgânicos (adubo, repelente, sementes e mudas) o que ajudou a ampliar a gama e quantidade de produtos ofertados. Concomitantemente a demanda municipal aumentou devido a oferta de produtos de qualidade e com redução no uso de agrotóxicos, uma vez da produção em ambiente protegido.

No sentido das potencialidades existe o aumento crescente de entregas para os Programas Institucionais ainda mais tendo em vista a intenção do município em aumentar a porcentagem de alimentos entregues provenientes da Agricultura Familiar no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da inclusão em Programas de municípios vizinhos (como foi o caso de Ramilândia/PR) e para o Exército Brasileiro, via PAA. O ponto comercial por sua vez desempenha o papel de comercialização dos produtos dos associados durante todo o ano, sendo uma possibilidade de renda para os agricultores associados.

A **EMATER** no município de Matelândia tem suas ações voltadas à Assistência Técnica direta aos produtores nas áreas de Agroindústrias, Bovinocultura de Leite, Fruticultura, Olericultura e Organização Rural, auxiliando muitos dos agricultores familiares que entregam nos mercados institucionais.

Atua também como representante na execução de políticas públicas como Trator Solidário, que propicia a aquisição de tratores, colhedores e implementos a preços inferiores ao de mercado; Programa Microbacias, que visa à conservação de solos e aumento da produção sustentável; Emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf, que propicia aos agricultores linhas de crédito subsidiadas e participação nos mercados institucionais; Mais Gestão, programa da ANATER de auxílio na gestão de organizações de agricultores familiares, como é o caso da COOPRAFA de Matelândia.

Além destas atividades atua também na elaboração de laudos de vistoria de estradas rurais, assessoria a entidades parceiras, parcerias nos trabalhos de conservação de nascentes e de conservação de solos e estradas rurais, assim como em cursos, excursões e outros eventos de capacitação.

O número médio de agricultores familiares atendidos anualmente no município é de 400, sendo atendidos pelos 2 técnicos locais assim como de outros municípios.

Os agricultores de Matelândia também são assistidos pela **Biolabore Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná**, que realiza suas atividades por meio de ações de um técnico de agropecuária. São 46 famílias cadastradas e destes, 27 são assessoradas mensalmente.

As atividades de assessoria da Biolabore são realizadas principalmente na homeopatia de vegetais, levando também aos produtores conhecimento básico sobre as espécies e cultivares adequados a microrregião.

No setor de agroindústria familiar, a Biolabore atua com técnicos com formação na área de alimentos, que realizam assessoria para as mesmas, e trabalhando em parceria com os órgãos de fiscalização, como Vigilância Sanitária e Serviços de Inspeção Oficial.

O município de Matelândia conta ainda com dois sindicatos que auxiliam os produtores rurais. O **Sindicato dos Trabalhadores Rurais** está apto a emitir documentos necessários aos agricultores, como a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, Cadastro Econômico do Agricultor Familiar – CAEPF, Certificado de Cadastro do Imposto Rural – CCIR, Imposto Territorial Rural – ITR, Cadastro Ambiental Rural – CAR, assim como auxilia os produtores a terem acessos nos programas de Crédito Fundiário, Habitação Rural, encaminhamentos ao INSS e é um colaborador do Banco do Brasil, para custeio e investimentos.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A **Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação** através do CRAS tem no cadastro CAD único 1972 Famílias com uma renda que varia de R\$ 0,00 a R\$ 2994,00, destas, 225 famílias recebem bolsa família e 05 famílias recebem do Programa Família Paranaense. Atualmente cerca de 500 famílias recebem o benefício eventual

Na **Proteção Social Básica**, o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (cofinanciado pelo MDS e pelo município) atende principalmente as famílias em situação de vulnerabilidade social que apresentam desafios ligados à moradia inadequada, falta de saneamento básico, acesso à água de qualidade, alimentação insuficiente e inadequada.

O CRAS desenvolve atividades educativas onde estão inseridas ações de segurança alimentar com gestantes, idosos, crianças e jovens cadastrados no programa SCFV – Serviços de

Convivência e Fortalecimento de Vínculos, atendendo também grupos cadastrado no programa Família Paranaense.

No CRAS são ofertados cursos para as famílias em vulnerabilidade social, acompanhamento familiar, atividades comunitárias, campanhas educativas, defesa de direitos, desenvolvimento do convívio familiar e comunitário entre outras ações.

A **Proteção Social Especial** é um programa que visa apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos por ocorrência de violência física, psicológica ou negligência, violência sexual, afastamento do convívio familiar devido a aplicação de medidas sócio educativas ou medidas de proteção, situação de rua ou abandono entre outros.

ACESSO A SERVIÇOS

O município possui em seu território:

- 1 Centro de Referência da Assistência Social – CRAS (cofinanciado pelo MDS e município);
- 1 Programa de proteção e Promoção à Família – PROFAM da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação que atende aproximadamente
- 250 crianças e adolescentes de 06 à 13 anos, em contra turno social na sede e 20 crianças na Vila Marquesita, oferecendo refeições diárias (café da manhã, almoço e lanche da tarde), atividades de recreação, oficinas de artes plásticas, artes marciais, oficinas de teatro e violão, oficinas de informática e educação física.
- 4 Clubes da terceira idade: Clube da Sede, Marquesita, Vila Esmeralda e Agro Cafeeira, contando com 320 idosos cadastrados e assistidos pela Secretaria em parceria com a Secretaria de Esportes.

BENEFÍCIOS CONCEDIDOS PELO MUNICÍPIO

Conforme Lei Nº 3.114 que estabelece critérios de elegibilidade para a concessão dos benefícios relativos a programas de assistência social no âmbito do município de Matelândia. Os benefícios eventuais são uma modalidade de provisão de proteção social básica de caráter suplementar e temporário que integra organicamente as garantias do SUAS – Sistema Único da Assistência Social. Referem-se à prestação de serviços assistenciais que visem à melhoria de qualidade de vida da população, incluindo-se:

Benefícios Eventuais:

- Auxílio Natalidade: fornecimento de kits de enxoval de recém-nascido;
- Auxílio Funeral: custeio de despesas de funeral.

Benefícios Circunstanciais:

- Fornecimento de cesta básicas;
- Fornecimento de materiais para construção, reformas e melhorias em residências;
- Fornecimento de material para construção de tampas de fossas;
- Fornecimento de leite *in natura* para crianças, idosos e portadores de necessidades especiais;
- Fornecimento de alimentação especial;
- Custeio de fotos 3x4 e taxas para a confecção de 1ª ou 2ª vias de documentos pessoais;
- Fornecimento de passagens rodoviárias;

Benefícios Emergenciais:

Referem-se ao atendimento em caráter de emergência, das necessidades básicas para a sobrevivência. Considera-se usuário carente, para fins de concessão de benefícios de emergência:

I - O usuário que comprovar renda mensal per capita igual ou inferior a ½ (meio) salário mínimo nacional, para benefícios eventuais;

II - O usuário que comprovar renda familiar igual ou inferior a 2 salários mínimos nacionais vigentes, para benefícios circunstanciais e emergências.

EDUCAÇÃO

O Município possui em sua **Rede de Ensino** seis centros de educação infantil, sete escolas municipais, três colégios estaduais, três escolas privadas, sendo duas filantrópicas, um Centro de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e um Centro Estadual de Educação Básica de Jovens e Adultos (CEEBJA), dois cursos técnicos profissionalizantes subsequentes EAD, vinculados ao Instituto Federal do Paraná (IFPR).

A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** conta com uma nutricionista e 26 merendeiras distribuídas em 7 escolas, 6 centros municipais de educação infantil, 1 escola de Jovens e Adultos que preparam mais de 3.500 refeições diárias para 2.334 alunos.

O Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) possui como objetivos contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio da oferta da alimentação escolar com refeições que atendam as necessidades nutricionais conforme a faixa etária, durante o período letivo, e de ações de educação alimentar e nutricional.

A elaboração dos cardápios é pautada em diretrizes que empregam a alimentação saudável e adequada, compreende o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições locais, a vocação agrícola, e princípios de sustentabilidade, com preferência por produtos básicos, dando prioridade aos in natura ou semielaborados, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhora do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive nos casos de necessidades específicas.

Os alunos que necessitam de atenção nutricional individualizada em virtude de estado ou de condição de saúde específica (como por exemplo: doença celíaca, intolerância à lactose, alergia a proteína do leite, diabetes mellitus, dentre outras) são atendidos com a oferta de alimentos adequados durante o período de permanência na Unidade Escolar. Conforme Lei nº 12.982, de 2014. O município adotou a política de fornecimento de formulas infantis para os alunos dos berçários, devido a melhor digestibilidade e menor índice de reações alérgicas, pois os primeiros anos de vida são caracterizados por serem uma fase de intenso crescimento e desenvolvimento, e, por esse motivo, representam um período de grande importância para toda a vida.

A Secretária de Educação e Cultura acredita que o cuidado com a nutrição na infância é essencial para que as crianças atinjam seu máximo potencial e se desenvolvam com saúde. Portanto, é realizado o controle administrativo para a aquisição e a distribuição dos alimentos, visando garantir a entrega de produtos com qualidade às Unidades Escolares. O fornecimento dos gêneros alimentícios não perecíveis acontece mensalmente, enquanto os perecíveis são entregues uma ou duas vezes por semana, com o intuito de ofertar alimentos frescos conforme sazonalidade. Para o monitoramento do PNAE são realizadas supervisões mensais às Unidades de Ensino, e integração com o Conselho da Alimentação Escolar (CAE).

As merendeiras são capacitadas anualmente com cursos de boas praticas na manipulação de alimentos, receitas com aproveitamento integral dos alimentos, recebimento adequado dos gêneros alimentícios, dentre outros assuntos pertinentes ao bom andamento das atividades.

As Atividades de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) como palestras, feiras, dia mundial da alimentação, jornada de EAN, dentre outras, fazem parte do currículo escolar e são desenvolvidas constantemente pela comunidade escolar, nutricionista, estagiarias de nutrição e demais profissionais afins, com o objetivo de estimular a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Programa Leite das Crianças é coordenado pelas Escolas Estaduais do Município e beneficia atualmente 156 crianças.

Compra da Agricultura Familiar

A última prestação de contas referente a 2018 demonstrou que 72% do recurso do PNAE Municipal foram utilizados para adquirir produtos da agricultura familiar, sendo a meta atual para 2019 a utilização de 100% do recurso federal com agricultores familiares. Os produtos são adquiridos e entregues através de três produtores individuais e uma Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar de Matelândia (Cooprafa). A conexão entre a agricultura familiar e a alimentação escolar fundamenta-se nas diretrizes estabelecidas pelo PNAE, em especial na Lei Federal 11.947 de junho de 2009, que determina a compra de no mínimo 30% do valor repassado devem ser utilizados obrigatoriamente na compra de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar. A partir de então o município passou a realizar chamada pública para a compra destes produtos. O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com objetivo de, simultaneamente, oferecer alimentação saudável e estimular a agricultura familiar.

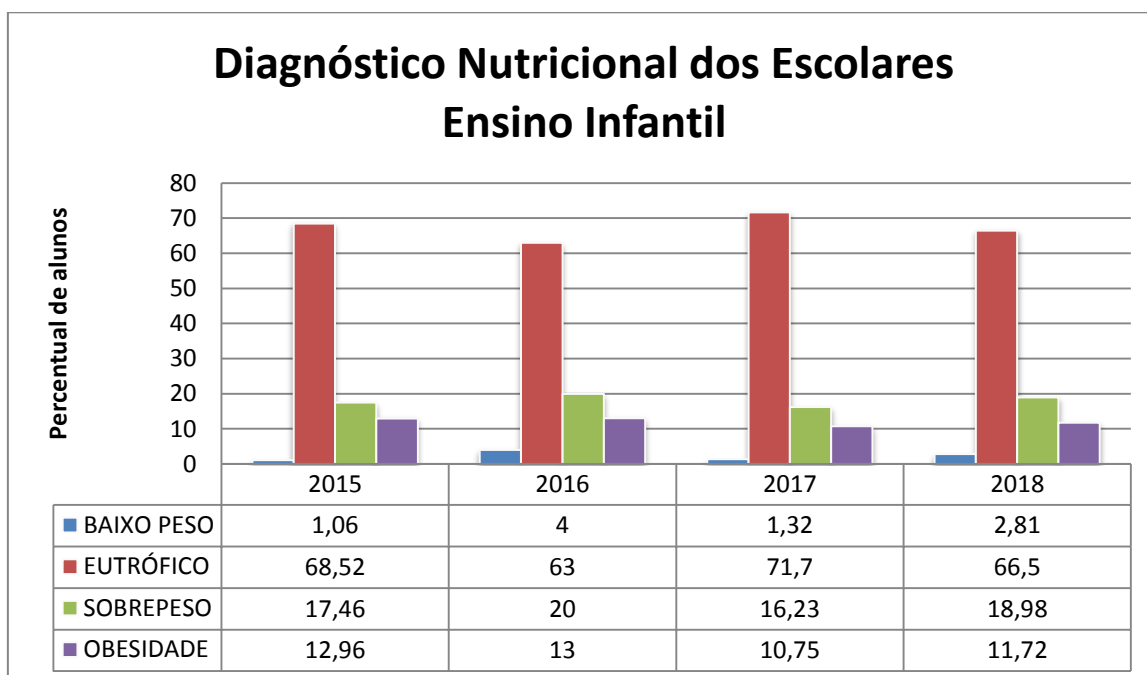
A compra institucional da agricultura familiar é, assim, parte de um processo que reconhece a necessidade de se pensar em uma forma de produção de alimentos que atenda às demandas nutricionais da população e garanta a evolução social e econômica dos agricultores familiares, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos. Estas formas alternativas incluem a criação das cadeias curtas de produção e comercialização, que aproxima a relação entre produtores e consumidores, fortalecem as relações sociais, valoriza a diversidade produtiva e atende às necessidades das instituições públicas, possibilitando o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, na perspectiva da promoção da segurança alimentar e nutricional.

Monitoramento nutricional

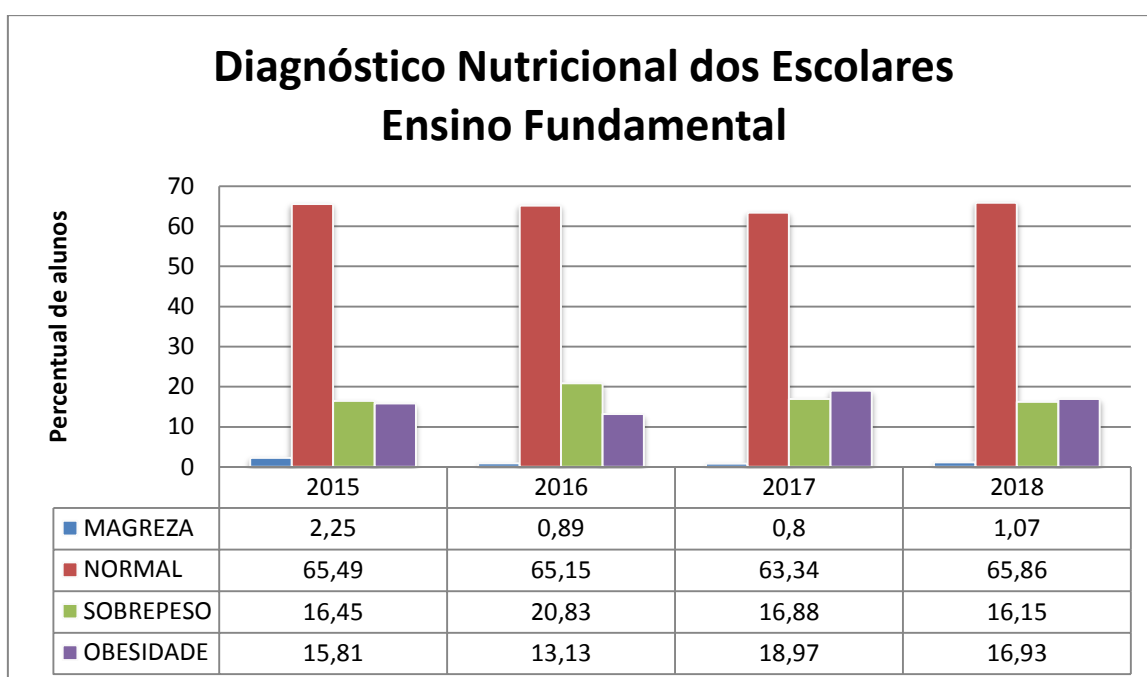
O monitoramento nutricional dos escolares faz parte de um dos eixos prioritários da Promoção da Alimentação Saudável, prevista na Portaria Interministerial nº 1.010, de 8 de maio de 2006, que visa, além de monitoramento e ações de educação alimentar e nutricional, estímulo à produção de hortas escolares, incentivo ao consumo de frutas, legumes e verduras, implantação de boas práticas de manipulação de alimentos e restrição ao comércio e promoção comercial no ambiente escolar de alimentos e preparações com altos teores de gordura saturada, gordura trans, açúcar livre e sal.

A Secretaria Municipal de Educação, por meio da Alimentação Escolar, em parceria com a Secretaria de Saúde, através do Programa Saúde na Escola, realiza o monitoramento nutricional, com avaliação anual, dos escolares matriculados na Rede Municipal de Ensino.

O objetivo do monitoramento do estado nutricional dos alunos é obter informações sobre o estado de saúde, incidência de situações especiais para subsidiar o planejamento e execução de ações de educação alimentar e nutricional para promoção da alimentação saudável e controle de doenças crônicas não transmissíveis como por exemplo: obesidade, diabetes, hipertensão, entre outras. A partir dos dados antropométricos (peso e altura), realiza-se o diagnóstico nutricional e são desenvolvidas ações com a comunidade escolar para melhorar o perfil nutricional dos alunos. Os dados encontrados estão expressos nos gráficos a seguir:



Estado Nutricional de alunos matriculados em Centros Municipais de Educação Infantil – Matelândia
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2019.



Estado Nutricional de alunos matriculados no Ensino Fundamental – Matelândia.
Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2019.

SAÚDE E NUTRIÇÃO

Matelândia possui atualmente em sua rede de atenção básica 07 Unidades de Saúde da Família (USF), compostas por 05 equipes de Estratégia Saúde da Família (ESF), representando uma cobertura populacional pela atenção básica de 100% (2019). Apresenta um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) que apoia as equipes de ESF em ações com a comunidade, conta ainda com um 01 Centro de Atenção Psicossocial – CAPS que atua com foco nos transtornos mentais e dependências químicas, álcool e outras drogas, 01 Hospital e Maternidade Municipal, e um Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU).

A Secretaria Municipal de Saúde possui ainda o Departamento de Vigilância em Saúde que é composta pela Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental, Saúde do Trabalhador e Promoção à Saúde. A Vigilância em Saúde é entendida como um processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, disseminação de dados sobre eventos relacionados à saúde, que visa ao planejamento e à implementação de medidas de saúde pública para a proteção da saúde da população, a prevenção e controle de riscos, agravos e doenças, bem como para a promoção da saúde.

A análise permanente da situação de saúde da população para a organização e a execução de práticas mais adequadas ao enfrentamento dos problemas existentes, deve estar inserida no cotidiano das equipes de Atenção Básica (AB). A Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN) é parte da vigilância em saúde e foi instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, em seu artigo 6º. A identificação da situação alimentar e nutricional configura-se como importante instrumento para o monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, na medida em que a análise de indicadores de saúde e nutrição expressa as múltiplas dimensões da (in)segurança alimentar e nutricional. (Marco de Referência da Vigilância Alimentar e Nutricional na Atenção Básica, 2015).

A Vigilância Alimentar e Nutricional subsidia ações e informa os dados antropométricos e de consumo alimentar dos usuários das Unidades de Saúde. No município, envolve a avaliação, diagnóstico e monitoramento do estado nutricional dos usuários (alunos da Rede Municipal de Ensino, crianças que recebem leite do Programa Estadual Leite das Crianças, beneficiários do Programa Bolsa Família, indivíduos de todas as faixas etárias acompanhados nas Unidades de Saúde). Os dados são registrados em Sistema próprio do município e no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN e encaminhados automaticamente ao Ministério da Saúde. A partir do SISVAN, podem ser planejadas ações para melhoria da Segurança Alimentar e Nutricional da população municipal.

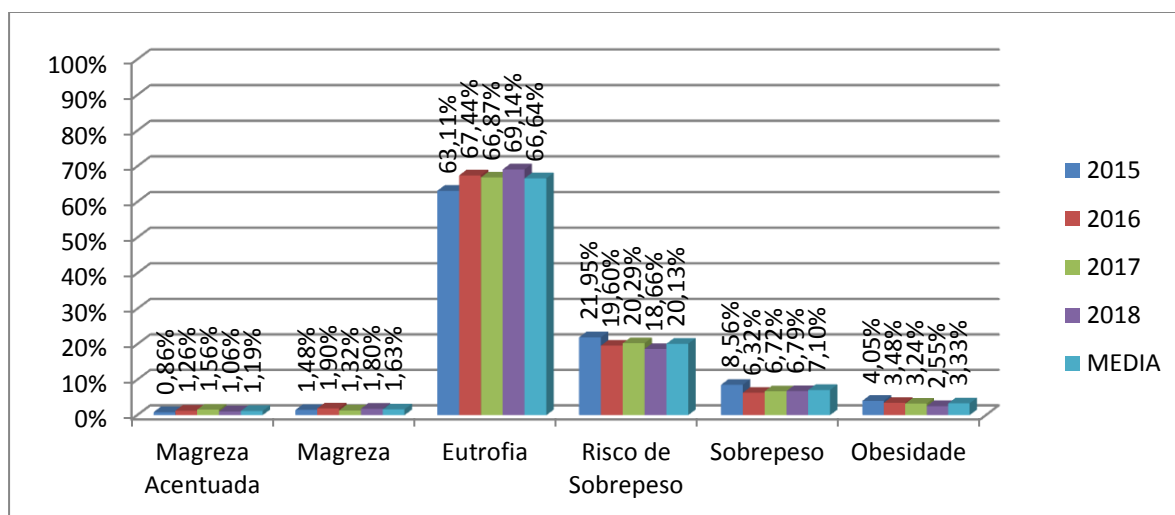
O SISVAN recomenda a classificação do estado nutricional pelo Índice de Massa Corporal – IMC proposto pela Organização Mundial da Saúde.

Assim como no cenário nacional, o município nota a crescente transição nutricional, que está associada às transições demográfica, epidemiológica e alimentar. Ela se caracteriza por mudanças importantes nos hábitos alimentares da população nas últimas décadas, principalmente no que diz respeito à diminuição do consumo de alimentos tradicionais da dieta (como arroz e feijão) e ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, como refrigerantes, bebidas açucaradas, macarrão instantâneo, biscoitos recheados, entre outros.

Dados do SISVAN demonstram pouca variação no estado nutricional dos indivíduos avaliados no decorrer dos últimos quatro anos nas diferentes faixas etárias, porém, pode-se observar o aumento do excesso de peso conforme o indivíduo vai ficando mais velho, notando-se nos

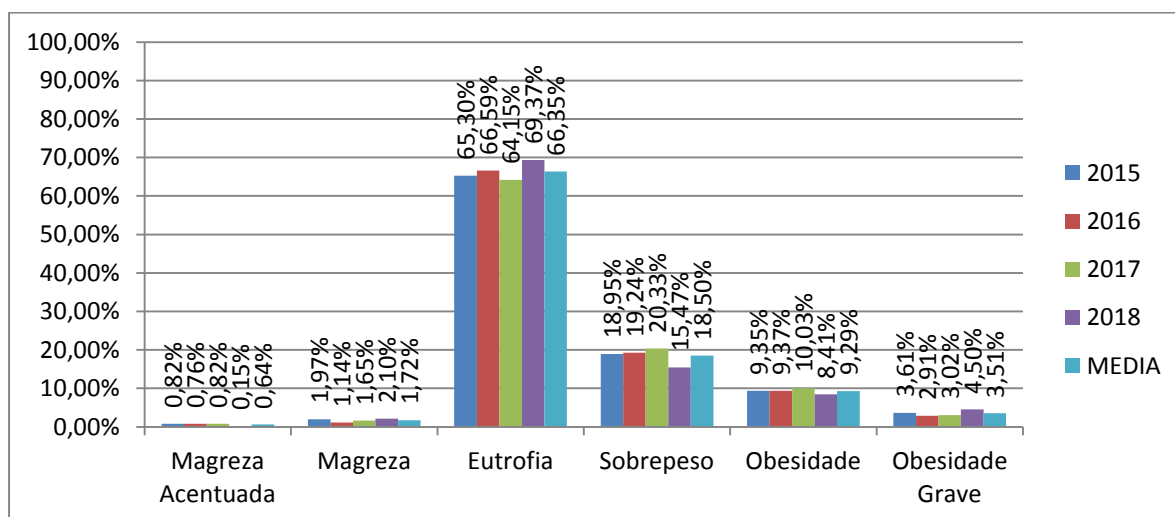
gráficos da população adulta e idosa, os quais demonstram uma média de 65,65 % de excesso de peso na população adulta e 58,45 % de excesso de peso na população idosa.

ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DAS CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS ACOMPANHADAS NO MUNICÍPIO



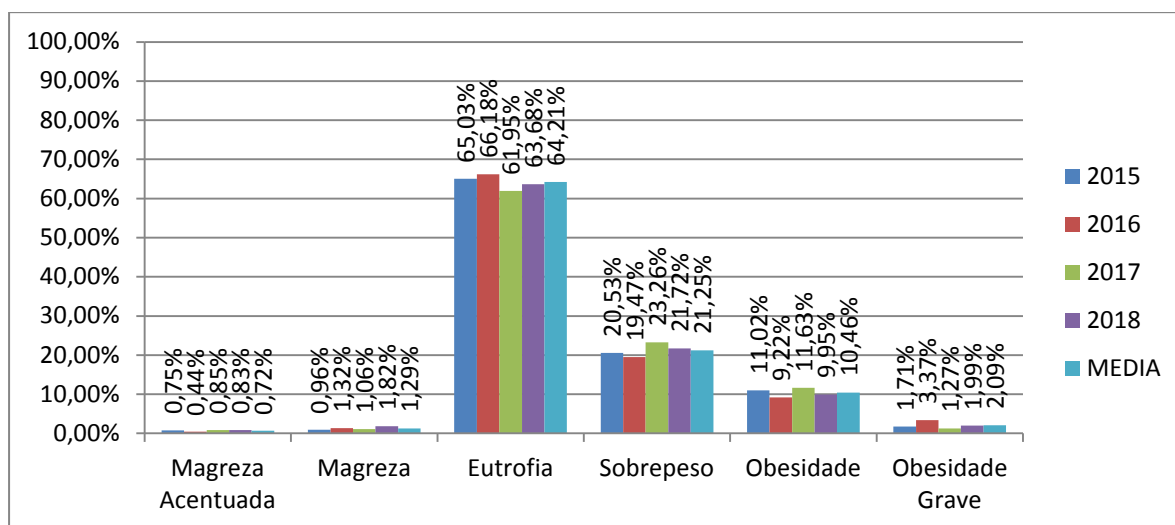
FONTE: SISVAN (2019)

ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DAS CRIANÇAS DE 5 A 10 ANOS ACOMPANHADAS NO MUNICÍPIO



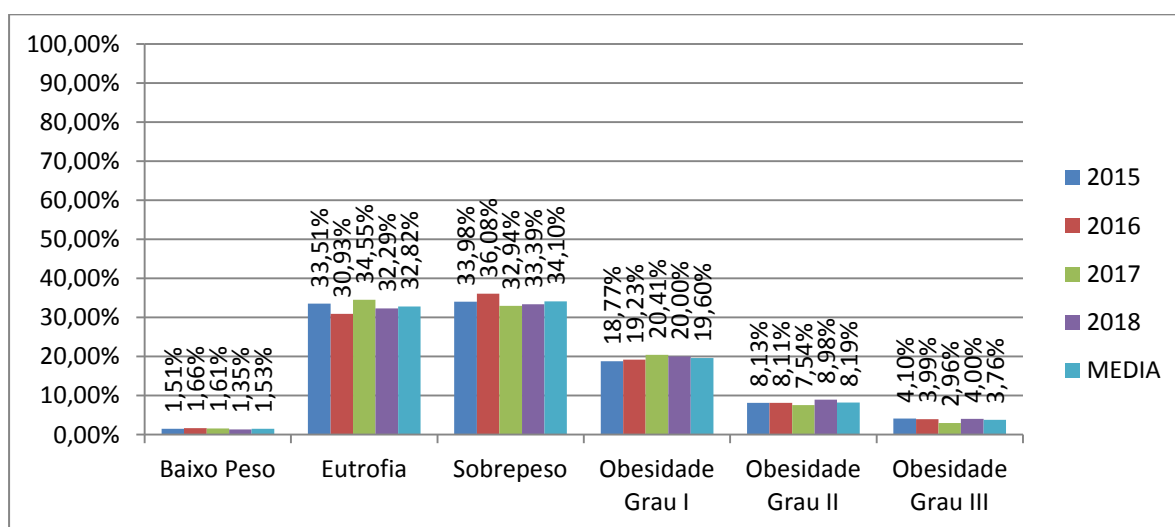
FONTE: SISVAN (2019)

ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DOS ADOLESCENTES ACOMPANHADOS NO MUNICÍPIO



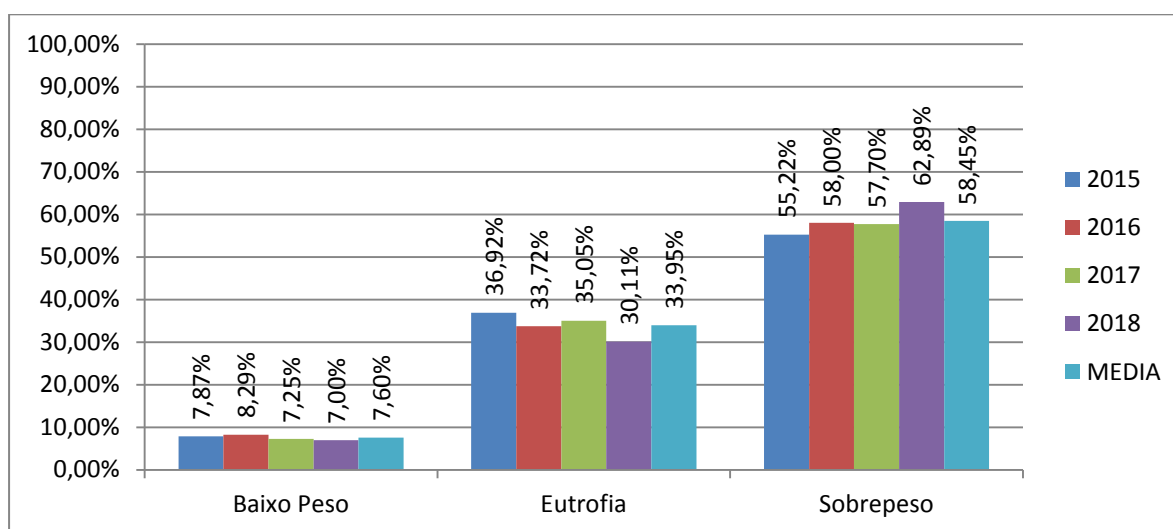
FONTE: SISVAN (2019)

ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DOS ADULTOS ACOMPANHADOS NO MUNICÍPIO



FONTE: SISVAN (2019)

ESTADO NUTRICIONAL (IMC) DOS IDOSOS ACOMPANHADOS NO MUNICÍPIO



FONTE: SISVAN (2019)

Alimentação e Nutrição – Educação em Saúde

Considerando o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA), a área de alimentação e nutrição desenvolve suas atividades em conjunto com as ações que estão sendo implementadas para o fortalecimento da Atenção Básica, buscando melhoria das condições nutricionais da população, contribuindo para o enfrentamento da atual situação epidemiológica do país.

HIPERDIA – Atenção às doenças crônicas:

A hipertensão arterial e o diabetes mellitus constituem os principais fatores de risco para as doenças do aparelho circulatório. O acompanhamento e o controle da hipertensão arterial e do diabetes mellitus no âmbito da atenção básica poderá evitar o surgimento e a progressão das complicações, reduzindo o número de internações hospitalares, bem como a mortalidade devido a esses agravos. Seguindo o plano do Ministério da Saúde é que as Unidades Básicas de Saúde do município vem atuando efetivamente nos grupos de hipertensos e diabéticos. A partir de 2011 o município aderiu ao APSUS – Oficinas de Planificação da Atenção Primária em Saúde onde os profissionais da secretaria de saúde participaram e em 2015 os protocolos foram implantados.

Núcleo de apoio a Saúde da Família – NASF:

O Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF é uma estratégia criada pelo Ministério da Saúde (através da Portaria nº 154, de 24 de Janeiro de 2008), tem como objetivo ampliar a capacidade de resposta aos problemas de saúde da população na atenção básica, através do apoio de diferentes profissionais, constituindo assim redes de atenção à saúde que busquem a integralidade do cuidado. Atualmente o município de Matelândia possui uma equipe de NASF modalidade 1, totalizando 200 horas de atendimento dos seguintes profissionais: Médico, Nutricionista, Assistente Social, Psicólogo e Farmacêutico.

Tem por responsabilidade ampliar a abrangência e o escopo das ações da atenção básica, bem como sua resolubilidade, apoiando a inserção da estratégia de Saúde da Família na rede de

serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da atenção básica. Desta maneira, o NASF não se constitui porta de entrada do sistema para os usuários. Realiza ações interdisciplinares e intersetoriais, educação permanente em saúde dos profissionais e da população, desenvolve ações de integralidade, noção de território, participação social, educação popular, promoção da saúde e humanização.

O NASF deve estar comprometido com a promoção de mudanças na atuação dos profissionais envolvidos no cuidado, visando a percepção do paciente como um ser além da doença existente, promovendo ações de promoção à saúde, reabilitação, prevenção, sempre com o enfoque de inserir a família nesse processo. No município o NASF atua dando apoio as ESF, em grupos terapêuticos como, grupos de hipertensos e diabéticos, gestantes, incentivo ao aleitamento materno e alimentação complementar saudável, enfrentamento do sobrepeso e obesidade, atividades diversas nas rodas de conversa em saúde, de acordo com a formação de cada profissional.

Rodas de Conversa em Saúde:

O projeto “Rodas de Conversas” iniciou no segundo semestre de 2006 quando um grupo de mulheres lideradas por uma Agente Comunitária de Saúde – ACS, Marlene, decidiram reunir-se semanalmente para compartilhar saberes e vivências diárias, além de repassar os próprios conhecimentos.

Os encontros aconteciam na residência das participantes, onde também começaram a fazer trabalhos manuais diversificados. Percebendo o interesse de outras mulheres, que, inclusive, se deslocavam de outros bairros para participar, formaram-se mais dois grupos em territórios das outras duas ESF's dentro da cidade. No final de 2006, foi criado um grupo no distrito de Agro Cafeeira.

As Rodas de Conversa passaram a ser acompanhadas pela Psicóloga, que juntamente com as ACSs levavam informações com temas e profissionais diversificados, de acordo com a necessidade do grupo. Além do artesanato, começaram a fazer dinâmicas, palestras, jogo de bingo, aula de alongamento, música e até hidroginástica na casa de uma residente.

O projeto foi ganhando maiores dimensões tanto em relação ao número de participantes quanto aos profissionais envolvidos. A partir de 2012, o projeto nas Rodas segue voltado para a prevenção, promoção de saúde, convivência na comunidade e aproximação da população com os profissionais de saúde, sendo de responsabilidade das Equipes de Saúde da Família, com apoio do NASF. Com o passar dos anos as rodas de conversa em saúde vem se fortalecendo e no momento o município encontra-se com 6 rodas de conversa, uma em cada ESF, contando ainda com a roda da Vila Esmeralda e mais um grupo de mulheres na Marquesita, chamado Produzindo Sorrisos, coordenado esse pela Assistente Social do NASF.

Programa Saúde na Escola:

O Programa Saúde na Escola (PSE), política intersetorial da Saúde e da Educação, foi instituído em 2007. As políticas de saúde e educação voltadas às crianças, adolescentes, jovens e adultos da educação pública brasileira se unem para promover saúde e educação integral.

O Programa Saúde na Escola traz 12 ações a serem trabalhadas no ambiente escolar. Neste ano de 2019 o município conta com 09 escolas e 06 centros municipais de educação infantil (CMEIs), pactuados no ciclo 2019-2020, sendo as 12 ações do PSE, são planejadas em conjunto pelas equipes de saúde e da escola, anualmente é feita avaliação antropométrica em

todas as crianças das escolas pactuadas, bem como educação alimentar e nutricional com esses educandos, buscando promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil.

Academia de Saúde:

Os pólos da Academia de Saúde são espaços físicos dotados de equipamentos, estrutura e profissional qualificado, com o objetivo de contribuir com esse intuito, produção do cuidado e de modos de vida saudáveis da população. O município de Matelândia conta com um Pólo da Academia da Saúde, com 2 profissionais cadastrados, um profissional de educação física e uma nutricionista. No pólo são realizados grupos terapêuticos, nas diferentes faixas etárias, bem como, práticas de exercícios físicos, coordenadas pela profissional de educação física.

4. RESULTADO DA III CONFERENCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Matelândia ocorreu na data de 14 de junho de 2019, nas dependências da Câmara de Vereadores com a participação de 72 delegados, todos com direito a voto e devidamente credenciados. Os participantes foram divididos em três grupos para que fossem apontadas as propostas da conferência municipal, de acordo com os eixos pré-determinados anteriormente pela coordenação regional. As propostas aprovadas por eixo seguem a seguir:

Eixo 1: Alimentação como princípio de existir

- Conscientização por parte das autoridades municipais da necessidade de mais profissionais técnicos nas áreas de assistência técnica, orientação e fiscalização.
- Inserir aulas de educação nutricional para conscientização e aprendizado por parte dos alunos a consumirem alimentos saudáveis e de qualidade.
- Buscar recursos e parcerias por parte das secretarias municipais a fim de incentivar a produção de alimentos saudáveis.
- Incentivar a agricultura familiar a fim de promover a sucessão familiar do campo, financiamentos, subsídios, orientações por parte do poder público.
- Orientação dos pais junto a escola sobre hábitos alimentares saudáveis e incentivar a fazer horta em casa.

Eixo 2: Desafios e possibilidades na construção da Política Pública

- Viabilizar e incentivar para que mais produtores do município possam produzir alimentos orgânicos.
- Dar continuidade e melhorar o plano de trabalho municipal de recuperação das nascentes, principalmente no que diz respeito a sua abrangência.
- Reestruturar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para que o mesmo possa atingir não só alimentação escolar, mas também entidades filantrópicas, hospitais e programas e projetos do município.
- Providenciar acompanhamento técnico e mais facilidade ao agricultor para adquirir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).
- Incentivar e viabilizar a piscicultura no município por parte das três esferas de governo.

Eixo 3: A geografia da fome e o desperdício de alimentos

- Realizar campanha de conscientização do consumidor, principalmente com o público infantil, no que diz respeito a manipulação de alimentos nas gondolas dos supermercados, com vistas a reduzir os danos aos produtos antes de ser comercializados.
- Realizar orientação aos estabelecimentos varejistas quanto ao destino adequado dos alimentos impróprios para consumo humano e formas de evitar o desperdício.
- Ter cuidado na classificação, transporte e estrutura adequada para armazenamento de alimentos que de necessitam de câmara fria, como nas escolas e hospitais e rever o calendário de entrega de alimentos para manter a qualidade do produto.
- Criar Banco de Alimentos, Banca Solidária ou Restaurante Popular com sistema de coleta de alimentos apropriado e que seja destinado as pessoas que necessitam e são vulneráveis, classificadas através de cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação.
- Realizar produção de alimentos com qualidade, respeitando o meio ambiente e que sejam livres de produtos químicos.

5. DESAFIOS

O Plano Municipal de SAN 2019-2021 foi elaborado utilizando como referência 9 grandes desafios, que possuem correspondência direta com as 8 Diretrizes da Política Nacional de SAN (PNSAN), ou seja:

Desafio 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional – Corresponde à Diretriz 1 da PNSAN;

Desafio 2 – Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos, com ênfase em Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural – Corresponde às Diretrizes 1, 2, 4, 5 e 6 da PNSAN;

Desafio 3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

Desafio 4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável – Corresponde à Diretriz 2 da PNSAN;

Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável (AAS) da População Brasileira, inclusive com medidas regulatórias – Corresponde à Diretrizes 3 e 5 da PNSAN;

Desafio 6 – Promover a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) – Corresponde à Diretriz 3 da PNSAN;

Desafio 7 – Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação – Corresponde à Diretriz 5 da PNSAN;

Desafio 8- Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural – Corresponde à Diretriz 6 da PNSAN;

Desafio 9- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social – Corresponde às Diretrizes 3 e 8 da PNSAN;

6. METAS

As metas que deverão ser alcançadas no âmbito municipal estipulado o período 2019 – 2021 são fruto da III Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e também de demandas existentes no município. As metas, ações, responsáveis, fonte de recursos e resultados estão descritos nos quadros a seguir:

Desafio 1 – Promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias em situação de Insegurança Alimentar e Nutricional

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Busca ativa de famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional para inclusão no Programa Bolsa Família para aumentar o impacto na diminuição da pobreza	Realizar visitas domiciliares baseadas no índice de Vulnerabilidade Social do Programa Família Paranaense	CRAS	Federal, Estadual Municipal	A inclusão das famílias no Cadastro Único e participação dos programas e serviços sociais
Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 80% dos beneficiários do Programa Bolsa Família e adotar estratégias para expansão da cobertura	Capacitar profissionais de saúde e orientar os beneficiários sobre a importância do cumprimento da condicionalidade	Saúde Assistência Social	Municipal	Porcentagem de beneficiários acompanhados
Reestruturar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para que o mesmo possa atingir não só alimentação escolar, mas também entidades filantrópicas, hospitais e programas e projetos do município.	Elaborar projeto para adesão ao programa e equipe técnica para coordenar a aquisição, seleção e distribuição dos alimentos	Agricultura Assistência Social Educação Saúde	Federal Estadual Municipal	Número de entidades atendidas
Criar Banco de Alimentos, Banca Solidária ou Restaurante Popular com sistema de coleta de alimentos apropriado e que seja destinado as pessoas que necessitam e são vulneráveis, classificadas através de cadastro da Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação	Realizar levantamento preliminar da viabilidade e criar projeto para manter e fiscalizar os beneficiários	Assistência Social Saúde Agricultura	Federal Estadual Municipal	Número de beneficiários

Desafio 2 – Combater a Insegurança Alimentar e Nutricional e promover a inclusão produtiva rural em grupos populacionais específicos – agricultores familiares, indígenas, Povos e Comunidades Tradicionais e outros grupos sociais vulneráveis no meio rural.

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Identificar os grupos e territórios mais vulneráveis em SAN, por meio do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional, com o objetivo de subsidiar ações coordenadas de SAN	Realizar levantamento para identificar quais os grupos e territórios mais vulneráveis no município	Assistência Social Saúde	Municipal	Diagnóstico descritivo com dados sobre a insegurança alimentar
Implantar no mínimo 4 projetos para produção de alimentos para autoconsumo e beneficiar o maior número de pessoas	Realizar oficinas de preparo diversificado de alimentos para estimular a produção. Promover entre as famílias troca de sementes e mudas	Assistência Social Agricultura Emater Educação Saúde Pastoral Parceiros	Municipal Conforme parceria	Nº de projetos implantados Nº de oficinas realizadas e de pessoas capacitadas

Desafio 3 – Promover a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, a estruturação da agricultura familiar e o fortalecimento de sistemas de produção de base agroecológica

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Buscar recursos e parcerias por parte das secretarias municipais a fim de incentivar a produção de alimentos saudáveis	Planejar uma agenda de capacitação com os agricultores	SENAR Biolabore Vigilância Sanitária Agricultura	Municipal Conforme parceria	Aumento na produção e diversificação de alimentos
Incentivar a agricultura familiar a fim de promover a sucessão familiar do campo, financiamentos, subsídios, orientações por parte do poder público	Formações técnicas e incentivo a permanência das famílias no campo	SENAR Biolabore Vigilância Sanitária Agricultura	Municipal Conforme parceria	Aumento no número de famílias no meio rural
Viabilizar e incentivar para que mais produtores do município possam produzir alimentos orgânicos	Acompanhamento técnico e capacitações	Agricultura Vigilância Sanitária Biolabore Emater	Municipal Conforme parceria	Aumento de produtores com certificação
Incentivar e viabilizar a piscicultura no município por parte das três esferas de governo	Analisar a viabilidade técnica e econômica do ramo	Agricultura Emater	Municipal	Implantação de piscicultura
Prestar ATER qualificada, direcionada e continuada para no mínimo 50 famílias da agricultura familiar, com prioridade para a produção com base agroecológica	Acompanhamento técnico	Agricultura Emater Biolabore	Municipal Estadual Itaipu	Aumento de agricultores familiares
Manter um percentual mínimo de 60% da compra de produtos da agricultura familiar com recurso federal para o PNAE Municipal	Em conjunto com as Secretarias e agricultores estabelecer os produtos e quantidades	Educação Agricultura Vigilância Sanitária e técnicos em ATER	Recurso Federal repassado para Município	Prestação de contas anual
Apoiar a agroindustrialização de pelo menos 10 empreendimentos em comunidades rurais, como forma de estimular a comercialização por meio do cooperativismo e associativismo	Incentivar os produtores rurais a formalização das agroindústrias através da disponibilização do incentivo financeiro do PROMAFA (Lei nº. 2977/2013 e suas atualizações)	CODAFA Agricultura Emater Biolabore Vigilância Sanitária	Municipal conforme parceria.	Número de agroindústrias regularizadas

Promover cursos e oficinas de capacitação em agroecologia para técnicos, agricultores e merendeiras, em parceria com Universidades e Institutos Estaduais e Federais	Elaborar calendário de capacitação aos atores envolvidos	Agricultura Educação Itaipu Universidade s Institutos	Municipal Estadual Parceiros	Numero de profissionais capacitados
Realizar produção de alimentos com qualidade, respeitando o meio ambiente e que sejam livres de produtos químicos	Disseminar informações sobre meios de produção sustentáveis	Agricultura Meio Ambiente Parceiros	Municipal Parceiros	Maior produção e comercialização de alimentos sustentáveis

Desafio 4 – Promover o abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável;

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Monitorar a qualidade dos produtos das agroindústrias familiares do município	Coleta de alimentos para análises	Vigilância Sanitária ADAPAR	Saúde Parceiros	Nº de análises realizadas
Informatizar o serviço de inspeção Municipal – SIM	Aquisição de software específico	Agricultura	Agricultura	Implantação do software
Promover o incremento de 5%, em cada ano, do total de recursos financeiros a serem transferidos pelo PNAE, referente à aquisição da Agricultura Familiar	Fomentar a produção e acompanhar a diversidade de produtos para inclusão no cardápio escolar	Agricultura Educação Cooperativas Associações de produtores	Federal	Prestação de contas anual FNDE
Apoiar e monitorar as Feiras de Produtores	Acompanhar, cadastrar e ampliar a Feira do Produtor	Secretaria de Agricultura e Comissão Organizadora da Feira do Produtor	Secretaria de Agricultura	Feira em funcionamento Aumento no número de feirantes ativos
Ter cuidado na classificação, transporte e estrutura adequada para armazenamento de alimentos que necessitam de câmara fria, como nas escolas e hospitais e rever o calendário de entrega de alimentos para manter a qualidade do produto.	Buscar a melhoria dos equipamentos de transporte e armazenamento de alimentos	Educação Vigilância Sanitária Fornecedores	Municipal Estadual Federal Fornecedor es	Aumento da vida útil dos alimentos e segurança alimentar

Desafio 5 – Promover e proteger a Alimentação Adequada e Saudável (AAS) da População Brasileira, inclusive com medidas regulatórias

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Conscientização por parte das autoridades municipais da necessidade de mais profissionais técnicos nas áreas de assistência técnica, orientação e fiscalização	Promover debate com o poder público	Gestão Municipal	Municipal	Levantamento de viabilidade de profissionais
Providenciar acompanhamento técnico e mais facilidade ao agricultor para adquirir a DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF).	Divulgar a legislação e demais informações	Emater Sindicatos	Municipal Parceiros	Divulgação de informação
Orientar os empreendedores rurais a respeito das boas práticas de manipulação de alimentos	Apresentar normatização de BPP nas agroindústrias através de assessoramento individual, cursos, oficinas técnicas	Emater – parceria com Secretarias de Agricultura e Saúde - VISA	Saúde	Número de empreendedores capacitados
Implementação das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira e do Guia Alimentar para crianças menores de dois anos, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade, em ações e estratégias realizadas pela rede de educação, saúde e assistência social	Disseminar informações sobre o Guia Alimentar, promovendo alimentação adequada e saudável à população	Saúde Educação Assistência Social	Saúde Educação Assistência Social	Melhora dos hábitos alimentares da população assistida

Desafio 6 – Promover a Educação Alimentar e Nutricional (EAN)

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Capacitar professores para serem multiplicadores de Educação Alimentar e Nutricional (EAN)	Formação Continuada em EAN	Nutricionista Professores Universidade s	Municipal	Número de Profissionais capacitados
Inserir no currículo base aulas de educação alimentar e nutricional para conscientização dos alunos a consumirem alimentos saudáveis e de qualidade	Incluir EAN no planejamento pedagógico	Secretaria de Educação e Cultura	Municipal	Melhora nos hábitos alimentares dos estudantes
Implantar cardápios específicos para as Unidades de Ensino em datas festivas	Elaboração de cardápio diferenciado para as datas festivas com valorização da alimentação saudável e produtos regionais	Educação	Municipal	Aplicação de receitas saudáveis em conformidade com normativa específica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Realizar cursos e oficinas sobre produção, conservação e preparação de alimentos.	Verificar os temas de interesse com a população Firmar parceria com instituições afins Planejar cronograma de cursos e oficinas	Secretaria de Agricultura Desenvolvimento Social e Habitação Senar Emater Parceiros	Secretarias municipais	Nº de cursos e oficinas realizadas Nº de pessoas capacitadas
Atividades de conscientizações no Dia Mundial da Alimentação	Incluir o Dia Mundial de Alimentação no Calendário de Eventos Municipal	Educação Saúde Agricultura Saúde Meio Ambiente Parceiros	Municipal	Atingir o maior número de municípios
Manter a adesão ao Programa Saúde na Escola (PSE)	Realizar adesão em cada ciclo, e realizar as ações do programa	Saúde Educação	Municipal Federal	Registro e número de ações realizadas
Orientação dos pais junto a escola sobre hábitos alimentares saudáveis e incentivar a fazer horta em casa.	Campanha Construção de horta modelo	Agricultura Assistência Educação Saúde Meio Ambiente Parceiros	Municipal Parceiros	Implantação

Realizar campanha de conscientização do consumidor, principalmente com o público infantil, no que diz respeito a manipulação de alimentos nas gondolas dos supermercados, com vistas a reduzir os danos aos produtos antes de ser comercializados.	Campanha	Vigilância Sanitária Educação Emater	Municipal	Número de consumidores orientados
Realizar orientação aos estabelecimentos varejistas quanto ao destino adequado dos alimentos impróprios para consumo humano e formas de evitar o desperdício.	Campanha	Vigilância Sanitária Emater Meio Ambiente	Municipal Parceiros	Número de estabelecimentos orientados

Desafio 7 – Controlar e Prevenir os Agravos decorrentes da má alimentação

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Monitorar a situação alimentar e nutricional dos indivíduos cadastrados no Sistema de Vigilância alimentar e Nutricional (SISVAN)	Cadastrar, acompanhar e orientar os indivíduos cadastrados no programa	Saúde	Municipal	N ^a de pessoas
Implementação de Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade	Buscar parcerias com instituições governamentais e da sociedade civil	CAISAN Saúde – parceiros diversas instituições governamentais e da sociedade civil	Municipal	N ^o de campanhas realizadas e n ^o de pessoas
Promoção de ações que reduzam a oferta de alimentos ultraprocessados no PNAE	Normativa para alimentos consumidos em ambiente escolar	Educação Saúde	Municipal	Redução da aquisição de produtos ultraprocessados
Organização do cuidado na rede de atenção à saúde voltado as pessoas com necessidades alimentares especiais, por meio da elaboração de marcos normativos e instrumentos técnicos específicos que abordem a terapia nutricional	Normativa para dispensação de fórmulas infantis e dietas especiais	Saúde	Municipal	Acesso igualitário dos usuários do SUS à aquisição das fórmulas e dietas

Desafio 8- Ampliar a disponibilidade hídrica e o acesso à água para a população, em especial a população pobre no meio rural

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Dar continuidade e melhorar o plano de trabalho municipal de recuperação das nascentes, principalmente no que diz respeito a sua abrangência.	Estabelecer um cronograma de atendimento as comunidades rurais para orientar na prática o sistema solo cimento	Meio Ambiente e Recursos Hídricos Parceiros	Municipal Parceiros	Nº de minas protegidas Nº de pessoas beneficiadas
Manter e aprimorar o sistema de coleta de material reciclável e realizar orientação sobre destino adequado no lixo orgânico	Manter sistema de coleta seletiva Realizar campanha sobre a coleta seletiva Realizar divulgação do cronograma de coleta de resíduos sólidos	Meio Ambiente Parceiros	Municipal Parceiros	Número de pessoas orientadas

Desafio 9- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

Meta	Ação	Responsável e Parcerias	Orçamento	Indicador de resultado
Divulgar o COMSEA no Município através de eventos, mídias e canais de informação	Estabelecer no COMSEA um cronograma dos eventos do município e agendar participação para divulgação sobre alimentação adequada, desperdício, entre outros	COMSEA	Municipal	Nº de eventos Nº de pessoas orientadas

7. SISTEMA DE MONITORAMENTO DA POLITICA DE SAN NO MUNICIPIO

O monitoramento das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional se dará semestralmente nas reuniões do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional COMSEA, monitorado através do plano aprovado.

8. REFERÊNCIAS

DATASUS. Disponível em <http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=01>

FNDE. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae>

IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/matelandia/panorama>

IDEB / MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Disponível em:
<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado>

IPARDES. Disponível em <http://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>

MDS. Disponível em <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/portal-san/>
<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php?codigo=411560>

PARADOXO CONSULTORIA LTDA. Diagnóstico Propositivo do Plano de ações para o Desenvolvimento Local do Município de Matelândia/PR. 2019. Porto Alegre. 50p.

SISVAN. Disponível em
<http://dabsistemas.saude.gov.br/sistemas/sisvanV2/relatoriopublico/index>